



A Anatomia do Estado

Murray N. Rothbard

Tradução para o português de Portugal por Tiago Chabert

Adaptação para o português do Brasil de Leandro Roque e Fernando Chiocca
São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012. (50 páginas)

ISBN: 978-85-8119-017-4

Entre os muitos e grandes méritos do Instituto Mises Brasil (IMB) está o programa de publicações, que faz com que importantes livros da tradição libertária tornem-se acessíveis ao leitor de língua portuguesa. Em 2012, o Instituto Mises Brasil publicou mais uma vez um clássico de Murray N. Rothbard (1926-1995). Esse volume de tamanho relativamente pequeno, com apenas cinquenta páginas, chamado *A Anatomia do Estado* é pura dinamite intelectual. Rothbard desmascara a instituição que se chama “Estado”. Tradicionalmente definido como o monopólio da força física e da violência legal, Rothbard penetra na ideologia da necessidade e da benevolência do Estado e mostra por que e como essa instituição reserva para si o direito de violar tudo o que a sociedade e o indivíduo consideram como honesto, decente e moral.

Rothbard começa o discurso com a análise do que não é o Estado, antes de definir o que é o Estado. O Estado não é o que pretende ser e o que a grande maioria crê que seja. O Estado não é um servidor social, não é um órgão para promover os objetivos da sociedade e, embora seja um mal, não é um mal necessário, por que não é necessário e, na verdade, age contra os interesses dos indivíduos. A democracia moderna em particular é vítima da falsa identidade entre Estado e sociedade. A falsa ideia que o “Estado somos nós”, abriu a caixa de Pandora do coletivismo no século XX com a ideologia do Estado como a “apoteose da sociedade”. Com referência ao livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) de Joseph Schumpeter (1883-1950), Rothbard en-

fatiza a tese do antagonismo que existe entre a esfera privada e a esfera pública e como o Estado, tanto hoje como na antiguidade, vive do rendimento do setor privado apropriado pela força. Enquanto o setor privado avança por meio de intercâmbio e da troca de bens e serviços, e a economia cresce pela acumulação de capital e pela inovação com base no reconhecimento e respeito dos direitos de propriedade privada, o Estado sistematicamente viola tais direitos sob o pretexto mesmo de salvaguardá-los.

Citando a obra de Franz Oppenheimer (1864-1943), *O Estado* (1908), Rothbard mostra os dois métodos opostos para ganhar riqueza, seja pelo trabalho e troca na forma voluntária, o chamado “modo econômico”, ou pela maneira “política”, que é o caminho da violência e do confisco. Enquanto a maneira econômica de riqueza é a forma produtiva, a forma política é parasitária. Rothbard explica:

Deve estar claro que o uso pacífico da razão e da energia na produção é o caminho “natural” para o homem: são os meios para a sua sobrevivência e prosperidade nesta terra. Deve estar igualmente claro que o meio coercivo, explorador, é contrário à lei natural; é parasítico, pois em vez de adicionar à produção, apenas subtrai (p. 12).

O Estado moderno não poderia se manter sem ideologia e os agentes dessa ideologia do Estado são os intelectuais a seu serviço. Enquanto, no passado, a religião e a nobreza fizeram o trabalho de santificar o governo e o Estado, tal trabalho está sendo feito agora pelos intelectuais, sob o manto da (falsa) ciência.

Na nossa atual e mais secular época, o direito divino do Estado foi suplantado pela inovação de um novo Deus, a Ciência. O governo estatal é agora proclamado como ultracientífico, como constituído por um painel de especialistas. Mas mesmo com a “razão” sendo mais invocada hoje do que em séculos passados, essa não é a verdadeira razão do indivíduo e do exercício do seu livre arbítrio; e ainda a razão coletivista e determinista, que implica sempre agregados holísticos e a manipulação coerciva de súditos passivos, feita pelos seus governantes (p. 23).

O Estado moderno já não precisa da religião, visto que recebe o serviço dos intelectuais que oferecem uma nova idolatria em nome da ciência. A tarefa dos intelectuais a serviço do Estado é a de criar e distribuir a ideologia que para o povo acredite que *“o seu governo é bom, sábio e, pelo menos, inevitável e certamente melhor do que outras possíveis alternativas”* (p. 16). Como compensação por seus serviços, o Estado moderno proporciona imensos privilégios para tal grupo como os dados antigamente para a nobreza. Como *“formadores de opinião”*, os intelectuais têm a tarefa de justificar a ação do Estado, explicar a sua necessidade de um modo aparentemente científico e espalhar a boa nova acerca dos efeitos benéficos da atividade estatal. Como os intelectuais sabem que têm dificuldade de viver à custa de pessoas que compreem o que eles produzem em um mercado livre, há sempre um grande grupo de intelectuais que se encontram dispostos a serem comprados pelo Estado e servi-lo como funcionários. Pela enorme importância dos intelectuais para o Estado perpetuar-se e manter o povo sob controle:

O maior perigo para o Estado é a crítica intelectual independente; não há melhor forma de abafar essa crítica do que atacar qualquer vez isolada, qualquer um que levante novas dúvidas, como sendo um profano violador da sabedoria dos seus ancestrais (p. 20-21).

Na era moderna, a tarefa dos intelectuais no soldo do Estado é transformar o patrio-

tismo natural das pessoas em relação à sua região para um nacionalismo violento. O que a ideologia moderna em qualquer variante tem em comum é colocar o indivíduo abaixo do coletivo. Por sua própria natureza, o Estado, como uma criatura fruto do monopólio da violência, não pode tolerar a partilha do próprio poder, nem com grupos dentro da sociedade nem por outro Estado. Estado e guerra são quase sinônimos, pois, de fato, como Randolph Bourne (1886-1918) declarou certa vez, *“a guerra é a saúde do Estado”* (p. 38).

Nacionalismo violento e tecnologia moderna produzem a barbárie moderna entre as relações dos diversos Estados. Hoje em dia a existência do Estado ameaça a existência da humanidade.

O grande tema da história é a batalha entre o poder estatal e o poder social. Pela própria natureza o Estado quer ampliar o poder, mesmo diante do constitucionalismo da época moderna.

Assim como as duas interrelações humanas básicas e mutuamente exclusivas são a co-operação pacífica ou a exploração coerciva – produção ou depredação –, a história da humanidade, em particular a sua história econômica, também pode ser considerada uma disputa entre estes dois princípios. De um lado, existe a produtividade criativa, as trocas pacíficas e a cooperação; de outro, o despotismo coercivo e a depredação das relações sociais (p. 47).

Rothbard conclui seu ensaio com uma nota pessimista a respeito dos antigos métodos de controle do Estado seja pelo constitucionalismo ou pela opinião pública. Como demonstram as numerosas tentativas de limitar o poder do Estado, não há como conseguir manter o Estado dentro dos próprios limites, uma vez implementado. Manter controle sobre um Estado existente não funciona. O problema do Estado ainda está longe de ser resolvido. É necessário explorar novos caminhos *“em busca de soluções se realmente quisermos algum dia resolver de uma vez por todas a questão do Estado”* (p. 49).

Com o presente ensaio Rothbard alerta a todos os que amam a liberdade para atuar contra esse monstro, visando buscar uma solução para a questão estatal. Nesse sentido, a tarefa do intelectual crítico é mostrar que o Estado não é um mal necessário, mas sim um mal desnecessário, que é desnecessária a atuação do Estado para a segurança interna e externa e que o Estado também é um mal desnecessário com relação à moeda. ∞

Antony P. Mueller

Professor na Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Doutor em Economia pela Universidade de Erlangen-Nuremberg
antonymueller@yahoo.com